

Salvaguas Socioambientais



Para o desenvolvimento e implementação de programas e projetos na Amazônia brasileira = SISA

O que é Salvaguas?

Salvar - Guardar



Salvaguardas **Socioambientais**

- ✓ Mecanismo ou medida de segurança
- ✓ Evitar impactos negativos
- ✓ Promover co-benefícios
- ✓ Impactos socio-ambientais positivos



Riscos e Oportunidades

Riscos

- ✓ Dificultar acesso a terra e aos recursos para comunidades
- ✓ Aproveitamento de benefícios somente por elites
- ✓ Afetar negativamente costumes e atividades tradicionais

Oportunidades

- ✓ Manutenção e incremento de serviços ambientais e conservação
- ✓ Geração de novas fontes de emprego e renda
- ✓ Aproveitamento sustentável de recursos e produtos florestais/naturais
- ✓ Manter e/ou melhorar os meios de vida das comunidades locais
- ✓ Fortalecer processos de demarcação e gestão territorial





Importância dos Salvaguardas

Âmbito Internacional

Cancun, Banco Mundial, Padrões do Clima, Comunidade e Biodiversidade, **Convenção 169** da OIT.

Âmbito Nacional


Estrategia Nacional de REDD
FUNAI -Recomendações para projetos de REDD+ em TIs



Âmbito Estadual

Acre -Processo de construção de Salvaguardas (CCBA)
Identificar e implementar salvaguardas para o sucesso do SISA






Princípios e Critérios Socioambientais para REDD+ no Brasil

Objetivo principal:

- ✓ Fortalecer o nível de governança florestal em REDD+
- ✓ Valorizar a transparência das informações
- ✓ Participação pública no processo de tomada de decisão
- ✓ Coordenação de ações com partes interessadas
- ✓ **Respeito e reconhecimento de direitos de populações tradicionais e povos indígenas**



FOREST TRENDS

Etapas do Processo de Elaboração

1. Criação de um **comitê multisetorial**
2. Elaboração da **v. 1.0 dos Salvaguardas** pelo comitê;
3. Envio da v. 1.0 a consulta pública por um período de **150 dias**;
4. Realização de reuniões regionais na **Amazonia**, com representantes de comunidades tradicionais e povos indígenas;
6. Elaboração da **versão final** dos Salvaguardas pelo comitê, **incorporando todos os comentários recebidos**;



A	B	C	D	E	F	G	H
ID	Plano	Critério	Comentário	Quem	Organização	Memo	Resposta/encaminhamento do Comitê
381	8	8.3	O critério 2.2 não está em conformidade com o critério 8.3	Gabriel Silveira	FAS	Reunido Setor Privado	O critério 2.2 recebeu nova formulação
382	8	8.1	no critério 8.1 sugere alterar a redação para "com as políticas, diretrizes e programas nacionais, estaduais e regionais do desenvolvimento sustentável de rede" e "Combate ao Desmatamento"	Julio Daniel	Advogado da Defensoria	Reunido Setor Privado	O comitê prefere manter desenvolvimento sustentável de uma forma mais ampla
383	8	8.3	sugere incluir o "apoio a REDD no final do texto do critério 8.3"	Ana Luiza	Vargem	Reunido Setor Privado	Incluído
384	8	8.1	incorporar também no critério 8.1 as ações de rede devem estar articuladas e coerentes com as políticas e diretrizes de áreas legalmente protegidas	Luciano Reis	Assessor Dep. Federal Sabacca Garca	Reunido Setor Privado	Incluído "políticas de conservação", o que inclui as áreas protegidas
385	1	1.1	instituição do trabalhador por trabalhador e trabalhadores rural	x	STB: Agricultores Familiares	Oficina ICV STB-STB	O termo "trabalhador" foi substituído por "trabalho" e todo o documento foi revisado para considerar sentido de gênero
386	1	1.2	reforçar "municípios" para muitas vezes o poder municipal age em benefício próprio em detrimento com os interesses da sociedade. A legislação ambiental municipal pode distorcer o princípio de prevenção na preservação do meio ambiente	x	STB: Agricultores Familiares	Oficina ICV STB-STB	em retirada

Formato del Salvaguardas Socioambientales

Organizadas em Princípios y Critérios para facilitar a discussão sobre temas específicos e importantes.

8 Princípios representam valores orientadores e relevantes para ações de desmatamento evitado.

27 Critérios especificam o Princípio, e contem os elementos necessários para que este sejam atendido.



Princípios Socioambientais para REDD+ no Brasil

1. **Conformidade legal:** conformidade com os requisitos legais e acordos internacionais relevantes
2. **Reconhecimentos e garantia de direitos:** reconhecimento e respeito aos direitos sobre as terras, territórios e recursos naturais
3. **Repartição de benefícios:** repartição justa, transparente e equitativa dos benefícios gerados pelas ações de REDD+
4. **Sustentabilidade econômica, melhoria da qualidade de vida e redução da pobreza:** contribuição para a diversificação econômica e sustentável do uso dos recursos naturais





Princípios Socioambientais para REDD+ no Brasil



5. **Conservação e recuperação ambiental:** contribuição para a conservação e recuperação de ecossistemas naturais, biodiversidade e serviços ambientais
6. **Participação:** participação no desenvolvimento e implementação de ações de REDD+ e nos processos de tomada de decisão
7. **Monitoramento e transparência:** completa disponibilidade de informação relacionada com as ações de REDD+
8. **Governança:** fomento de uma governança melhor, coordenação e alinhamento com políticas e diretrizes nacionais, regionais e locais

2 RECONHECIMENTOS E GARANTIA DE DIREITOS: reconhecimento e respeito aos direitos sobre as terras, territórios e recursos naturais

2.1 ...diretos constitucionais, legais y consuetudinários associados a posse da terra, ..., incluindo o respeito integral da Declaração dos **Direitos dos Povos Indígenas de ONU, o Tratado de FAO para Agricultura e Alimentação e a Convenção 169 de OIT.**

2.2 ...reconhecer e valorar os **sistemas socioculturais y conhecimentos tradicionais** de povos indígenas, agricultores(as) familiares e comunidades tradicionais.

2.3 ... respeitar los **direitos de autodeterminação** de povos indígenas e de comunidades tradicionais.

2.4 ...respeitar los **direitos de propriedade e de posse legítima** da terra, e os direitos associados ao uso da terra e dos recursos naturais.

2.5 ... fazer **mecanismos formais para resolução de conflitos** vinculados as ações de REDD+, ...

3 REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS: repartição justa, transparente e equitativa dos benefícios gerados pelas ações de REDD+

3.1 ... ser acessado de **forma justa, transparente e equitativa** por aqueles(as) que tem o direito de uso da terra e/ou de os recursos naturais y que promovem as atividades de conservação, uso sustentável e recuperação florestal.



6 PARTICIPAÇÃO: participação no desenvolvimento e implementação de ações de REDD+ e nos processos de tomada de decisão

6.1 Devem ser garantidas as condiciones de participação dos(as) beneficiários(as) em **todas as etapas ...**

6.2 ...garantir, de forma efetiva, o **direito ao consentimento livre, prévio e informado**,

6.3 As populações **localizadas em área de influência** devem ser **informadas** sobre as ações de REDD+.



Salvaguardas Socioambientais

Ponto de vista Nacional

Requisitos mínimos para assegurar que ações de desmatamento evitado efetivamente beneficiem o clima, a biodiversidade e populações locais, e minimizar os **riscos** de que estas ações resultem em impactos **sociais e ambientais** negativos.



 GUIA: DESENVOLVENDO SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS DE REDD+

DESENVOLVENDO
SALVAGUARDAS SOCIOAMBIENTAIS
DE REDD+

Um guia para processos
de construção coletiva

O guia é uma ferramenta importante de orientação para os países que procuram realizar processos participativos e que realmente envolvam os diversos setores afetados, especialmente os povos indígenas e as comunidades tradicionais.

Para mais informação: <http://www.imaflora.org/index.php/biblioteca/detalhe/302#ctrlFs>

 FOREST TRENDS

Os Resultados...

Processo Nacional

Projeto de Lei – Sistema Nacional de REDD+


(PL 5.586/2009 ; 195/2011; Projeto de Lei do Senado 212/2011)

Oficina – Implementação de salvaguardas sociais e ambientais na Estratégia Nacional de REDD+


Brasília, DF 21 e 22/11/11

Principais questões tratadas:

- O conjunto de salvaguardas existente cobre os principais riscos à biodiversidade, garantia dos direitos de povos indígenas e populações tradicionais bem como de governança e participação no contexto brasileiro?
- Quem implementa e como?
- O que pode contribuir para que o financiamento associado a REDD+ promova e respeite as salvaguardas?
- Quais as possíveis consequências de não se aplicarem as salvaguardas?



The Climate, Community & Biodiversity Alliance



Padrões Socioambientais Internacional

Clima, Comunidade & Biodiversidade (CCBA)

1. Se respeita e reconhece os direitos à terra e recursos naturais
2. Se distribue os benefícios equitativamente
3. O programa promove meios de vida sustentáveis e redução da pobreza
4. O programa é coerente com as metas gerais sobre desenvolvimento sustentável e boa governança
5. Se mantém e melhora a biodiversidade e os serviços ambientais
6. Todos os atores relevantes podem participar do programa
7. Todos os atores têm acesso direto à informação sobre a implementação do programa
8. O programa cumpre com as leis locais, nacionais e tratados internacionais



Testes de Campo dos Salvaguardas no Acre

- Padrões Internacionais: CCBA e CARE Internacional.
- O teste está ocorrendo em cinco países: Nepal, Equador, Tanzânia, Indonésia e Brasil.
- Equipe Facilitadora no Acre: IMC/AC e CARE Brasil.
- Atuação junto ao Programa de Incentivos a Serviços Ambientais Carbono (Programa ISA Carbono) do Acre.

Testes de Campo dos Salvaguardas no Acre

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DOS PADRÕES



Uma oficina de múltiplos atores em Copenhague que proporcionou contribuição inicial para o desenho e conteúdo de padrões	maio 2009
Delineamento dos princípios e critérios discutido entre as partes interessadas, atores e demais interessados para comentários	jun-ago 2009
Reuniões de consulta com atores diversos em três países piloto interessados na adoção adiantada (Equador, Nepal e Tanzânia)	jul-set 2009
Uma versão inicial dos padrões publicada <i>on-line</i> durante 60 dias para comentários públicos	out-nov 2009
Comentários abordados em uma nova versão inicial dos padrões para apresentação ao UNFCCC COP15	dez 2009
Um segundo período de comentário público e consultas com mais um país piloto interessado no uso dos padrões (Libéria)	jan-mar 2010
Padrões finalizados e prontos para teste	mar 2010

Fonte: Apresentação da CCBA e da CARE Internacional sobre os padrões socioambientais para REDD+

Testes de Campo dos Salvaguardas no Acre

Público Alvo: provedores de serviços ambientais relativos ao carbono e possíveis beneficiários do programa ISA Carbono.



Indígenas



Assentados, médios e grandes produtores



Extrativistas



Manejadores florestais

Testes de Campo dos Salvaguardas no Acre





Consentimento Livre, Prévio e Informado

- ✓ Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais
- ✓ Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas



Consentimento Livre, Prévio e Informado

Consentimento

Processos tradicionais, autônomos e participativos de tomada de decisão;

Livre

Ausência de coação e pressões (\$\$), ex: “dividir para conquistar”;

Prévio

Permitir tempo suficiente para informação e debate, sem pressa, respeitando estruturas e processos sociais e culturais locais;

Informado

Disponibilizar informação relevante de maneira imparcial e transparente, promover debates internos, tradução ao idioma local, e reflexão honesta sobre riscos e oportunidades, direitos e deveres contratuais/vinculantes.





Consentimento Prévio, Livre e Informado

- ✓ Direito das populações tradicionais e indígenas.
- ✓ 1º passo é certificar que o objetivo do SISA e contra-parte das comunidades estejam perfeitamente claros para todos.
- ✓ Objetividade e construção participativa.
- ✓ Identificar possíveis riscos do programa (SISA).



Projeto Surui: Consulta Participativa e Consentimento Prévio


Acordo de Cooperação entre Clãs Surui – marco importante, resultado de amplo processo interno de consulta e reflexão coletiva, baseado no princípio de salvaguarda de Consentimento Prévio, Livre e Informado.

Consenso Comunitário – moratória na exploração madeireira baseado na expectativa de que os ingressos econômicos com o projeto REDD+ pode oferecer uma alternativa sustentável para economia local e gestão integrada do Plano de 50 Anos dos Surui.


Atividades Iniciais – melhoria do monitoramento e controle territorial, promoção de alternativas econômicas baseadas no manejo agro-florestal e ecoturismo, fortalecimento institucional e capacitação, promoção da saúde e educação.



5/9/2013 4:46 PM



Projeto Surui: Transparência e Participação

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM AS ASSOCIAÇÕES DO Povo INDÍGENA PAITER SURUI

Considerando que, a Terra Indígena Surui de Batemio é destinada ao usufruto exclusivo do Povo Surui e que esta possui organização social própria em quatro vilas (vilas: Xapari, Xapari, Xapari e Xapari) com regras próprias regulando a interação e cooperação em diversas áreas de suas vidas;

Considerando que, busca de identificação, demarcação e homologação da Terra Indígena Surui de Batemio para os povos Surui, a mesma seja considerada amada e sua integridade ambiental, aspecto fundamental para a continuidade física e cultural dos Povos Indígenas, dentro das garantias da Constituição Federal no seu artigo 231;

Considerando ainda, a importância da autonomia indígena frente à gestão de seus territórios, e o fortalecimento de suas organizações para a discussão nos espaços políticos e sociais de seus direitos;

Considerando finalmente, as situações locais, nacionais e internacionais que tratam da conservação e uso sustentável dos recursos naturais e a consequente necessidade de monitorar, avaliar e auditar os impactos socioeconômicos da atividade econômica extra, que vem sendo realizada e proposta e mantida por grandes empresas das áreas indígenas por meio de suas técnicas políticas e econômicas nacionais;


Os representantes das Associações Indígenas Surui, em nome de todo o Povo Paiter-Surui, firmam o Presente Acordo de Cooperação segundo os Circulares e condições seguintes:


Projeto Carbono Surui:

Consentimento Prévio Informado

e os Paiter-Surui

Thiago Ariza
Especialista de Conservação da Associação - ACT Surui
Batemio




MEMORANDO DE ENTENDIMENTO QUE ENTRE SI REALIZAM ASSOCIAÇÃO INTERVILAS DO Povo INDÍGENA SURUI, ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E PROTEÇÃO AMBIENTAL KANINDE, FOREST TRENDS, EQUIPE DE CONSERVAÇÃO DA AMAZÔNIA - ACT BRASIL, INSTITUTO DE COOPERAÇÃO AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA - IDESAM

A Associação Intervilas do Povo Indígena Surui, CNPJ sob o nº 22.818.103/0001-84, situada na Avenida JK, 1217, CEP 76.999-003, Batemio - Rondônia, Brasil, aqui em nome de sua Associação Intervilas, encontra representada por sua Coordenadora, Alzira Tupacatapi Surui, RG 718.615.529-RD, CPF 490.566.972-00, residente no Povo Indígena Surui de Batemio na Terra Indígena Surui Batemio.

A Associação de Defesa Ambiental Kaninde, CNPJ sob o nº 65.742.188/0001-11, situada na Av. Pádua, 1.102, sala 709, Fátima de São José de



FOREST TRENDS

Processo de Consentimento Livre, Previo e Informado do Projeto REDD+ Surui

Salvaguardas Socioambientais

Marcos Rüginitz Tito
marcos.rugnitz@gmail.com